

STJ00117547

Paulo Hamilton Siqueira Jr.

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

8ª edição

2023

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CVK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Marisa Amaro dos Reis
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Flavio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Sonano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	LGB Publicações
Revisão	Carmem Becker
Capa	Mayara Enohata
Produção gráfica	Martli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
OOLILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

S618d Siqueira Jr., Paulo Hamilton
Direito processual constitucional / Paulo Hamilton Siqueira Jr. – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
608 p.
ISBN: 978-65-5362-167-1 (Impresso)
1. Direito constitucional. 2. Direito processual.
3. Constituição. I. Título.

CDD 342
CDU 342

2022-3941

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional	342
2. Direito constitucional	342

Data de fechamento da edição: 12-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 14878 CL 607399 CAE 791959

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	IX
<i>Nota à 8ª edição</i>	XI
<i>Nota à 1ª edição</i>	XIII
I INTRODUÇÃO	1
II — A CONSTITUIÇÃO	5
1. Constitucionalismo	7
2. A Constituição	7
3. Conceito de Constituição	9
4. Desdobramentos da natureza e essência da Constituição ...	12
4.1. Normatividade	12
4.2. Fundamentalidade e centralidade	16
4.3. Organização do Estado	18
5. Direito constitucional	23
6. Classificação das Constituições	26
6.1. Quanto à forma	26
6.2. Quanto ao modo de elaboração	27
6.3. Quanto à origem	28
6.4. Quanto à estabilidade ou mutabilidade	29
6.5. Quanto à extensão ou finalidade	30
6.6. Quanto ao conteúdo	31
6.7. Classificação da Constituição Federal de 1988	32
7. Efetivação da Constituição	32
III — O PROCESSO	41
1. O processo	43
2. Jurisdição	47
IV A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO	51
1. A Constituição e o processo	53
2. Direito constitucional processual	59
3. O sistema processual brasileiro	61
3.1. O sistema processual inquisitivo	66
3.2. O sistema processual acusatório	71
3.3. O sistema processual misto	74
3.4. O sistema processual adotado pelo Brasil	75

4. A influência do direito constitucional no processo	79
5. Direito processual constitucional	80
V — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	89
1. Controle de constitucionalidade	91
2. Sistema jurídico	93
2.1. Classificação do sistema jurídico	96
3. Supremacia constitucional	101
4. Existência, vigência, validade e eficácia da norma jurídica ..	110
4.1. Existência	112
4.2. Vigência	112
4.3. Validade	119
4.4. Eficácia	125
5. Nulidades no direito público	131
6. Conceito de constitucionalidade	135
7. Conceito de controle de constitucionalidade	136
7.1. Requisitos do controle de constitucionalidade	137
7.2. Espécies de controle de constitucionalidade	140
7.3. Espécies de controle de constitucionalidade repressivo ..	142
8. Controle difuso	142
8.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no con- trole difuso	147
8.1.1. Ponderação no controle difuso	149
8.2. A inconstitucionalidade e o Senado Federal no con- trole difuso	151
8.3. Abstratização do controle difuso	165
8.4. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	166
8.4.1. Procedimento	170
8.4.2. Natureza jurídica	173
8.4.3. Efeitos da decisão	174
8.5. Súmula vinculante	175
8.5.1. Conceito.....	175
8.5.2. Espécies	180
8.5.3. Objeto	181
8.5.4. Requisitos	181
8.5.5. Regulamentação.....	182

8.5.6. Competência.....	182
8.5.7. Legitimidade.....	182
8.5.8. Natureza	185
8.5.9. Procedimento.....	187
8.5.10. Efeitos	189
8.5.11. Súmula vinculante e reclamação constitucional ..	192
8.6. Repercussão geral	194
8.6.1. Conceito.....	197
8.6.2. Natureza e finalidade	197
8.6.3. Competência.....	198
8.6.4. Procedimento.....	198
9. Controle concentrado	200
10. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	207
10.1. Competência	209
10.2. Legitimidade	209
10.2.1. Chefe do Poder Executivo	211
10.2.2. Mesa das Casas Legislativas	214
10.2.3. Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ..	215
10.2.4. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	216
10.2.5. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional	221
10.2.6. Legitimidade universal e limitada	227
10.3. Prazo	229
10.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República	230
10.5. Processo objetivo	231
10.6. Objeto da ação	234
10.6.1. Controle abstrato	234
10.6.2. Controle da inconstitucionalidade	238
10.6.3. Controle repressivo	243
10.6.4. Controle do direito pós-constitucional	253
10.6.5. Controle do direito infraconstitucional	254
10.7. Procedimento	259
10.7.1. Do pedido da medida cautelar	263

10.8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	265
10.8.1. Efeitos e eficácia temporal da decisão	276
10.9. A participação do Senado Federal	280
10.10. Interpretação conforme a Constituição	280
10.10.1. Interpretação conforme a Constituição sem redução do texto	286
10.10.2. Interpretação conforme a Constituição com redução do texto	288
10.10.3. Limites da interpretação conforme a Cons- tituição	288
10.10.4. Fundamento da interpretação conforme a Constituição	290
10.11. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto	291
11. Ação declaratória de constitucionalidade	295
11.1. Competência	296
11.2. Legitimidade	296
11.3. Procedimento	297
11.3.1. Do pedido da medida cautelar	299
11.4. Efeitos da decisão	299
12. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	301
12.1. Competência	308
12.2. Legitimidade e procedimento	308
12.3. Efeitos da decisão	312
13. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	315
13.1. Competência	318
13.2. Legitimidade	318
13.3. Procedimento	318
13.4. Efeitos da decisão	318
14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	324
14.1. Arguição	324
14.2. Descumprimento	325
14.3. Preceito fundamental	326
14.4. Finalidade e objetivo	328
14.5. Competência	340

14.6. Legitimidade	340
14.7. Procedimento	341
14.7.1. Do pedido da medida liminar	343
14.8. Efeitos da decisão	343
15. Quadros comparativos dos instrumentos processuais de controle de constitucionalidade	345
VI — WRITS CONSTITUCIONAIS	347
1. Jurisdição constitucional das liberdades	349
2. <i>Habeas corpus</i>	350
2.1. Origem histórica	351
2.2. <i>Habeas corpus</i> no Brasil	354
2.3. Conceito e natureza jurídica	359
2.4. Finalidade e características	362
2.5. Tipos de <i>habeas corpus</i>	364
2.6. A ação de <i>habeas corpus</i>	365
2.6.1. Cabimento da ação de <i>habeas corpus</i>	366
2.6.2. Casos de não cabimento do <i>habeas corpus</i>	370
2.7. O processo da ação de <i>habeas corpus</i>	371
2.7.1. Procedimento	371
2.7.2. Condições de ação	372
2.7.3. Início do procedimento	373
2.7.4. Indeferimento liminar da petição	374
2.7.5. Concessão liminar em <i>habeas corpus</i>	374
2.7.6. Informações da autoridade coatora	375
2.7.7. Apresentação do paciente	375
2.7.8. Prejudicialidade do pedido	376
2.7.9. Julgamento do <i>habeas corpus</i>	376
2.7.10. Extensão do <i>habeas corpus</i>	378
2.7.11. Recurso de ofício	379
2.7.12. Reiteração de <i>habeas corpus</i>	379
2.8. Legitimidade	379
2.8.1. Legitimidade ativa	379
2.8.2. Legitimidade passiva	384
2.9. Competência	386
2.9.1. Supremo Tribunal Federal	387

2.9.2. Senado Federal	387
2.9.3. Superior Tribunal de Justiça	388
2.9.4. Tribunais Regionais Federais	388
2.9.5. Tribunais de Justiça	389
2.9.6. Juiz de direito de primeira instância	389
2.9.7. Juizado Especial	390
3. <i>Habeas data</i>	393
3.1. Conceito	393
3.2. Legitimidade	399
3.3. Objeto da ação	401
3.4. Procedimento	404
3.5. Coisa julgada	407
4. Mandado de injunção	407
4.1. Conceito	407
4.2. Natureza jurídica	409
4.3. Objeto da ação	412
4.4. Objetivo da ação	414
4.5. Legitimidade	420
4.6. Procedimento	426
4.7. Diferenças entre mandado de injunção e ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	428
4.8. Efeitos da decisão	429
5. Mandado de segurança	441
5.1. Conceito	441
5.2. Natureza jurídica	442
5.3. Objeto da ação	443
5.4. Legitimidade	444
5.5. Procedimento	447
5.6. Efeitos da decisão	450
5.6.1. Coisa julgada	450
5.7. Mandado de segurança coletivo	453
VII — DEFESA DA CIDADANIA	471
1. Defesa da cidadania.....	473
2. Ação civil pública.....	483
2.1. Conceito	483
2.2. Natureza jurídica	485

2.3. Competência.....	486
2.4. Legitimidade	489
2.5. Tutela.....	495
2.5.1. Meio ambiente.....	497
2.5.2. Consumidor	499
2.5.3. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	500
2.5.3.1. Patrimônio público e social.....	501
2.5.4. Infração da ordem econômica e da economia popular e dos investidores de mercado mobiliário..	502
2.5.5. Ordem urbanística	502
2.5.6. Interesse difuso ou coletivo	503
2.5.6.1. Interesses de grupos de indivíduos.....	505
2.5.6.2. Interesses difusos	506
2.5.6.3. Interesses coletivos.....	507
2.5.6.4. Interesses individuais homogêneos	507
2.5.7. Proteção de interesses coletivos e difusos das pessoas portadoras de deficiência.....	511
2.5.8. Interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente	512
2.6. Objeto da ação.....	514
2.6.1. Matéria tributária	514
2.6.2. Controle difuso de constitucionalidade	517
2.6.3. Políticas públicas.....	521
2.7. Procedimento	525
2.8. Termo de ajustamento de conduta.....	526
2.9. Inquérito civil	527
2.10. Coisa julgada	528
3. Ação popular	535
3.1. Conceito	535
3.2. Competência.....	538
3.3. Natureza jurídica.....	539
3.4. Legitimidade	540
3.5. Objeto da ação.....	544
3.6. Procedimento	546
3.7. Coisa julgada.....	548

VIII — BIBLIOGRAFIA	549
1. Livros.....	551
2. Artigos.....	578
3. Dissertações e teses	586